



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 196/2025

Dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2026, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições institucionais estabelecidas na Constituição Estadual e com base no art. 2º, I, da Lei Complementar nº 113, de 15 de dezembro de 2005, e nos arts. 5º, XIII, 187, II, 193, parágrafo único, 194, 196 e 216-A, do Regimento Interno, e considerando o Acórdão nº 3033/2025 - Tribunal Pleno, Processo nº 56808-2/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa regulamenta a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2026, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná, no período de janeiro a dezembro de 2026.

§ 1º Para efeito do *caput*, a Administração Indireta abrange:

- I - fundos com contabilidade descentralizada;
- II - autarquias;
- III - fundações de direito público;
- IV - consórcios intermunicipais e entidades congêneres;
- V - empresas públicas;
- VI - sociedades de economia mista;
- VII - fundações públicas de direito privado.

§ 2º Os consórcios intermunicipais integrados por municípios de estados federados distintos ficam dispensados da remessa de dados e declarações de informações ao TCE-PR, contudo devem observar as obrigações legais previstas nas normativas vigentes.

Art. 2º Fica instituída a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2026, na forma estabelecida no Anexo desta Instrução Normativa, com aplicabilidade a todos os órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná, incluindo consórcios intermunicipais e entidades congêneres, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado.

§ 1º Os prazos relativos a obrigações decorrentes da elaboração de Relatórios de Gestão Fiscal na periodicidade quadrimestral se aplicam igualmente aos Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes, quando da perda da faculdade de opção pela semestralidade, nas hipóteses de extrapolação de limites da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

§ 2º Aos consórcios intermunicipais e entidades congêneres aplicam-se os prazos referentes a obrigações decorrentes da elaboração de Relatórios de Gestão Fiscal na periodicidade quadrimestral.

§ 3º As obrigações relacionadas no Anexo aplicam-se a todas as sociedades de economia mista e empresas públicas municipais, sejam elas dependentes ou não, para efeito da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF).

Art. 3º A obrigação de liberar informações para pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, mediante divulgação na página eletrônica de cada Município (Portal de Transparência), na rede mundial de computadores, determinadas na Lei Complementar Federal nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência), constitui pauta de caráter contínuo e permanente.

§ 1º Para efeito da emissão da Certidão Liberatória, o cumprimento do disposto no *caput* deverá observar a listagem de informações mínimas estabelecidas na Instrução Normativa do Tribunal nº 89, de 28 de fevereiro de 2013.

§ 2º A verificação da regularidade quanto ao disposto neste artigo será efetivada periodicamente, sendo item obrigatório nos procedimentos de Análise de Gestão Fiscal, realizada nos termos das Instruções Normativas atinentes ao assunto.

§ 3º Para os fins do previsto no § 2º, a entidade deverá prestar bimestralmente a declaração de atendimento à Lei Complementar Federal nº 131, de 2009 (Lei da Transparência), nos termos do art. 42 da Instrução Normativa nº 89, de 2013.

§ 4º A falta da declaração prevista no § 3º poderá implicar na emissão de Análise de Gestão Fiscal com indicação de irregularidade, constituindo impedimento ao recebimento da Certidão Liberatória.

Art. 4º Independentemente dos prazos para o cumprimento das obrigações, fixados nesta Instrução Normativa, a elaboração de Certidão para Contratação de Operação de Crédito somente ocorrerá após o envio de todos os dados necessários, consoante as certificações exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, em observância aos prazos para a divulgação bimestral dos relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal previstos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF).

Art. 5º O descumprimento desta Instrução Normativa enseja aplicação de multa administrativa, nos moldes da Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005.

Art. 6º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 05 de novembro de 2025.

- assinatura digital -

IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Presidente



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANEXO - Instrução Normativa nº 196, de 2025.

Aplicabilidade: Todas as entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, consórcios intermunicipais e entidades congêneres, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado.

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
08/01/2026	Encerramento do Mural das Licitações de dezembro de 2025	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal, de 1988 (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa do Tribunal nº 156, de 13 de novembro de 2020.
20/01/2026	Encerramento do prazo para envio do Sistema Integrado de Atos de Pessoal – Folha de Pagamento (SIAP-FP) referente ao mês de dezembro de 2025	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Instrução Normativa do Tribunal nº 120, de 13 de outubro de 2016.
30/01/2026	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do período base encerrado em 31 de dezembro de 2025, e Declaração da Publicidade do RGF na página do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)	Executivo, Legislativo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 54); Instrução Normativa do Tribunal nº 89, de 28 de fevereiro de 2013.
30/01/2026	Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2025, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/01/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 6º bimestre de 2025	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa do Tribunal nº 36, de 27 de agosto de 2009.
06/02/2026	Encerramento do Mural das Licitações de janeiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa nº 156, de 2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
10/02/2026	Fechamento do Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM) dos meses de dezembro e de encerramento do exercício de 2025 (mês treze)	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 15 de dezembro de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 24 de janeiro de 2006 (art. 239); Instrução Normativa do Tribunal nº 84, de 20 de dezembro de 2012.
20/02/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de janeiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
28/02/2026	Realização de Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2025	Executivo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 9º, § 4º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
28/02/2026	Realização de Audiência Pública do Plano Municipal de Saúde do 3º quadrimestre de 2025	Executivo	Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 (art. 36, § 5º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
28/02/2026	Publicação do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado correspondente ao ano de 2025	Executivo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, arts. 50 e 54); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
28/02/2026	Fechamento do SIM-AM dos meses de abertura do exercício (mês zero) e de janeiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
06/03/2026	Encerramento do Mural das Licitações de fevereiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa nº 156, de 2020.
06/03/2026	Declaração da Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do 3º quadrimestre de 2025 na página do TCE-PR	Executivo e Legislativo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 9º, § 4º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
20/03/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de fevereiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
30/03/2026	Publicação do RREO do 1º bimestre de 2026, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/03/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 1º Bimestre de 2026	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa nº 36, de 2009.
31/03/2026	Fechamento do SIM-AM do mês de fevereiro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
31/03/2026	Prestação de Contas Anual (PCA) do exercício de 2025	Executivo, Legislativo e entidades da Administração Direta e Indireta	Constituição Federal (art. 71); Lei Federal nº 4.320, de 1964 (art. 82, § 1º); Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 23, § 1º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (arts. 215, § 1º, e 225)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
08/04/2026	Encerramento do Mural das Licitações de março de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa nº 156, de 2020.
20/04/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de março de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
30/04/2026	Fechamento do SIM-AM de março de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
30/04/2026	Prestação de Contas Anual (PCA) do exercício de 2025	Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 25); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 225, parágrafo único)
08/05/2026	Encerramento do Mural das Licitações de abril de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa nº 156, de 2020.
20/05/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de abril de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
30/05/2026	Publicação do RGF do 1º quadrimestre de 2026 (Municípios a partir de 50 mil habitantes), e Declaração da Publicidade do RGF na página do TCE-PR	Executivo, Legislativo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 54); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/05/2026	Publicação do RREO do 2º bimestre de 2026, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/05/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 2º bimestre de 2026	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa nº 36, de 2009.
31/05/2026	Realização de Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2026	Executivo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 9º, § 4º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
31/05/2026	Realização de Audiência Pública do Plano Municipal de Saúde do 1º quadrimestre de 2026	Executivo	Lei Complementar Federal nº 141, de 2012 (art. 36, § 5º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
31/05/2026	Fechamento do SIM-AM de abril de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
08/06/2026	<u>(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)</u>		
08/06/2026	Declaração da Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do 1º quadrimestre de 2026 na página do TCE-PR	Executivo e Legislativo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 9º, § 4º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
22/06/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de maio de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
30/06/2026	Fechamento do SIM-AM de maio de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
07/07/2026	(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)		
21/07/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de junho de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
30/07/2026	Publicação do RGF do 1º semestre de 2026 (Municípios com menos de 50 mil habitantes), e Declaração da Publicidade do RGF na página do TCE-PR	Executivo e Legislativo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 54); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/07/2026	Publicação do RREO do 3º bimestre de 2026, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/07/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 3º bimestre de 2026	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa nº 36, de 2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
31/07/2026	Fechamento do SIM-AM de junho de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
07/08/2026	<u>(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)</u>		
20/08/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de julho de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
31/08/2026	Fechamento do SIM-AM de julho de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
08/09/2026	<u>(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)</u>		
21/09/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de agosto de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
30/09/2026	Publicação do RGF do 2º quadrimestre de 2026 (Municípios a partir de 50 mil habitantes), e Declaração da Publicidade do RGF na página do TCE-PR	Executivo, Legislativo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 54); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/09/2026	Publicação do RREO do 4º bimestre de 2026, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/09/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 4º bimestre de 2026	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa nº 36, de 2009.
30/09/2026	Realização de Audiência Pública relativa às Metas Fiscais do 2º quadrimestre de 2026	Executivo	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 9º, § 4º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/09/2026	Realização de Audiência Pública do Plano Municipal de Saúde do 2º quadrimestre de 2026	Executivo	Lei Complementar Federal nº 141, de 2012 (art. 36, § 5º); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/09/2026	Fechamento do SIM-AM de agosto de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
06/10/2026	Início do período de cadastro de Interlocutores Municipais - Prestação de Contas de Prefeito Municipal - exercício de 2026	Executivo	Instrução Normativa do Tribunal nº 172, de 11 de julho de 2022 (art. 14, parágrafo único).
07/10/2026	<u>(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)</u>		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
07/10/2026	Encerramento do Mural das Licitações de setembro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Federal nº 14.133, de 2021 (art. 169, III, e art. 170, § 4º); Instrução Normativa nº 156, de 2020.
20/10/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de setembro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.
22/10/2026	Término do período de cadastro de Interlocutores Municipais - Prestação de Contas de Prefeito Municipal - exercício de 2026	Executivo	Instrução Normativa nº 172, de 2022 (art. 14, parágrafo único).
31/10/2026	Fechamento do SIM-AM de setembro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
03/11/2026	Início do período de envio das respostas aos formulários de avaliação de políticas públicas - Prestação de Contas de Prefeito Municipal - exercício de 2026	Executivo	Instrução Normativa nº 172, de 2022 (art. 7º, § 3º).
09/11/2026	(Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026)		
23/11/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de outubro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
26/11/2026	Término do período de envio das respostas aos formulários de avaliação de políticas públicas - Prestação de Contas de Prefeito Municipal - exercício de 2026	Executivo	Instrução Normativa nº 172, de 2022 (art. 7º, § 3º).
30/11/2026	Publicação do RREO do 5º bimestre de 2026, e Declaração da Publicidade do RREO na página do TCE-PR	Executivo e Consórcios	Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF, art. 52); Instrução Normativa nº 89, de 2013.
30/11/2026	Publicação do Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência do 5º bimestre de 2026	Executivo	Constituição Federal (art. 227); Lei Federal nº 8.069, de 1990 (art. 4º, parágrafo único); Instrução Normativa nº 36, de 2009.
30/11/2026	Fechamento do SIM-AM de outubro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.
07/12/2026	<u>{Revogado pela Instrução Normativa n.º 208/2026}</u>		
21/12/2026	Encerramento do prazo para envio do SIAP-FP referente ao mês de novembro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 37); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Instrução Normativa nº 120, de 2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DATA	OBRIGAÇÃO	APLICAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
31/12/2026	Fechamento do SIM-AM de novembro de 2026	Executivo, Legislativo, entidades da Administração Direta e Indireta, Consórcios, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas de direito privado	Constituição Federal (art. 71); Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 (LRF); Lei Federal nº 4.320, de 1964; Lei Complementar Estadual nº 113, de 2005 (art. 24, § 3º); Regimento Interno do Tribunal, de 2006 (art. 239); Instrução Normativa nº 84, de 2012.